

ECONOMIA



Depois de passar seis meses apostando em reformas liberalizantes, no desmonte do Estado e no poder restaurador da banda da oferta, Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes colhem péssimos resultados econômicos, ameaçando levar a economia brasileira a um novo mergulho recessivo. A crise é tão grave e o fracasso de seu receituário tão patente que o impensável parece estar em curso: Paulo Guedes, o mais emblemático economista da “escola de Chicago” no Brasil, acena ao mercado – e à classe política – com medidas de estímulo à demanda. Nem assim, contudo, conseguirá salvar o seu primeiro ano no comando da economia.

Bolsonaro e seu ministro Guedes colhem péssimos resultados econômicos

Nível de atividade

Embora os dois principais indicadores antecedentes do PIB tenham apontado reversão nas trajetórias de quedas observadas nos últimos meses e tenham registrado números ligeiramente positivos na passagem de abril para maio (o IBC-Br e o Monitor do PIB da FGV aumentaram 0,5%), considerando os últimos resultados das pesquisas setoriais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a economia brasileira permanece estagnada e a aposta em uma “recuperação cíclica” segue sendo postergada, quem sabe agora para 2020.

No que tange especificamente ao setor industrial, registrou-se recuo de 0,2% no indicador mensal – já com ajuste sazonal – eliminando assim parte do crescimento de 0,3% ocorrido no mês anterior. Mais grave, entretanto, é que o resultado de maio

foi influenciado negativamente pelo desempenho bastante ruim da produção manufatureira (-0,5%), minimizado em parte pela retomada da indústria extrativa (+9,2%) que se recupera das perdas causadas pelo “efeito Brumadinho”. Já no acumulado, de janeiro a maio de 2019, a produção industrial segue no campo negativo com queda de 0,7% e ainda 17,5% abaixo do pico histórico registrado em maio de 2011.

Ainda em relação à indústria, outros indicadores revelam o grave momento do setor. Segundo a FGV, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou em junho para 95,7 pontos, o menor nível desde outubro de 2018, enquanto o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) caiu mais 0,3% no mês, levando o indicador ao patamar de 75% – isto é, as empresas industriais estão com 25% de capacidade ociosa.

Para além destes indicadores, alguns fatos recentes apontam na mesma direção. De acordo com levantamento da Junta Comercial do estado de São Paulo, entre janeiro e maio deste ano foram fechadas 2.325 fábricas instaladas no estado, o maior número em uma década e 12% superior ao número do ano passado. Considerando-se todo o território nacional, diversas empresas de grande porte também encerraram as atividades nos últimos meses ou informaram que pretendem reduzir suas atividades. Pirelli (Gravataí), Ford (São Bernardo), Toyota (Sorocaba), Quaker (RS), Paquetá (BA), Malwee (SC), Britânia (BA), Mercedes (Juiz de Fora), Nestle (RS), Kimberly-Clarke (RS), Mabel (RS), entre outras, anunciaram o fechamento de plantas ou a eliminação de turnos e de milhares de postos de trabalho.

Já o setor de serviços, cuja relevância reside no fato de ser o responsável por sete em cada dez ocupações vigentes no país, registrou estabilidade em maio no comparativo com o mês imediatamente anterior. Com isso, o setor continua em nível 1,1% abaixo do que foi registrado no final de 2018. Entre os segmentos que compõem o setor, os destaques positivos foram os serviços de tecnologia da informação (que cresceram 5,5% nos cinco primeiros meses do ano) e os serviços profissionais e administrativos (+3%). No campo negativo, o destaque foi o segmento de transportes terrestres que em maio estava em patamar 5,6% inferior ao registrado no último mês de dezembro e que guarda forte correlação com o nível de atividade do setor industrial.

Outro dado preocupante apurado pelo IBGE diz respeito ao volume de vendas do comércio varejista, que registrou uma pequena oscilação negativa no mês de maio (-0,1%), a segunda seguida no comparativo mensal, já com ajuste sazonal. Com esse resultado, o varejo acumula um crescimento modesto de 0,7% ao longo dos cinco primeiros meses de 2019. Já no indicador de vendas do varejo ampliado (que inclui o comércio de veículos automotores e de materiais de construção) o resultado apurado foi ligeiramente superior, com um crescimento de 0,2% na passagem de abril para maio.

Por seu turno, a confiança do consumidor medida pela FGV registra uma queda de 96,6 pontos em janeiro

para 88,5 pontos em junho, indicando uma elevação do pessimismo diante do quadro econômico futuro.

Comércio Exterior

O superávit comercial brasileiro que, nos últimos três anos, tem sido um fator importante para a sustentação da demanda agregada no campo positivo, parece perder potência frente ao quadro de desaceleração da atividade econômica mundial. Além das tensões geopolíticas que envolvem o acordo de paz com o Irã e das incertezas associadas ao Brexit – agora turbinadas pela eleição do conservador Boris Johnson para comandar o Reino Unido –, ficam cada vez mais evidentes os impactos contractionistas do acirramento da guerra comercial entre China e EUA, a qual constitui a face mais visível de uma disputa mais profunda em torno do desenvolvimento das novas tecnologias de informação que serão habilitadas com o novo padrão 5G.

Além desses fatores, a continuidade da crise na vizinha Argentina segue deprimindo as exportações de manufaturados, especialmente de veículos automotores, cuja receita em dólares sofreu uma queda expressiva de 46,4% no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado.

De um modo geral, portanto, o comércio internacional passa por um momento de desaceleração com viés de baixa. Segundo levantamento da Carta de Conjuntura da Economia Mundial, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicada no mês de julho, as transações comerciais globais cresceram apenas 0,4% nos quatro primeiros meses de 2019, taxa bastante inferior à registrada no mesmo período de 2018, quando atingiu 4,1%. Diante desse cenário, a previsão de uma retração de nosso superávit comercial vai se consolidando entre os especialistas, com as estimativas sendo revisadas frequentemente para baixo. De acordo com a média das opiniões dos analistas de mercado divulgada pelo Boletim Focus do Banco Central na terceira semana de julho, o país deverá fechar 2019 com um saldo comercial de aproximadamente cinquenta bilhões de dólares, cifra 15% inferior à registrada em 2018 e 26% menor que a de 2017.

Inflação e política monetária

Diante de uma crise profunda e prolongada como a que ocorre atualmente no Brasil é de se esperar que a taxa de inflação oficial se mantenha sob controle, correndo abaixo do centro da meta perseguida pelo Banco Central (4,25% a.a.). De acordo com as últimas medições do IBGE, a inflação mensal medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Aplicado (IPCA) permanece próxima da estabilidade. No mês de junho, os preços oscilaram apenas 0,01% e na quadrissemana encerrada na segunda quinzena de julho fecharam em 0,09%. Este quadro se explica, por um lado, pela combinação de fatores depressores da demanda agregada (grande subutilização da força de trabalho - 28,3 milhões de brasileiros, alta capacidade ociosa das empresas, juros altos na ponta e contração das despesas públicas), o que mantém os consumidores brasileiros retraídos e, por outro lado, pela ausência de qualquer choque de oferta mais significativo. Apesar disso e das previsões carentes das estimativas de inflação até dezembro de 2019 (segundo o Focus a inflação anual será de 3,77%), a diretoria do Banco Central ainda não sinalizou claramente qualquer intenção de redução da taxa básica de juros, a qual, entretanto, já é estimada pelo mercado em 5,5% até o final do ano.

Contas Públicas

No último mês de junho, a receita total do governo central alcançou 113 bilhões de reais, um aumento de 0,37% em relação ao mesmo mês de 2018. No acumulado no primeiro semestre do ano o valor chega a 771,3 bilhões de reais, o que corresponde a um crescimento de 0,57% no comparativo com o mesmo período do ano anterior. Já as despesas totais do governo foram de 104,3 bilhões de reais no mês e de 658,4 bilhões de reais no semestre, com quedas de 4,19% e 1,44% respectivamente.

Ou seja, a se manter essa trajetória das contas fiscais, o governo central deverá impor à sociedade brasileira mais um ano de arrocho fiscal, em uma conjuntura que requer justamente o inverso, isto é, a expansão do gasto autônomo do setor público.

A despeito do evidente fracasso da política de austeridade - que completa cinco anos de trágicos resultados - a equipe econômica do atual governo se mantém apegada ao dogma ultraliberal lançando mão de medidas privatizantes para incorporar receitas extraordinárias ao caixa do governo. Além dos 43,7 bilhões de reais devolvidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ao Tesouro Nacional em 2019, apenas nos primeiros duzentos dias de governo Bolsonaro os bancos públicos federais venderam o equivalente a dezesseis bilhões em ativos, parte do que será destinado ao governo central seja como pagamento de impostos sobre ganhos de capital seja como pagamento de dividendos. Como tais recursos não serão utilizados para expandir o gasto governamental, mas antes para evitar a ampliação das necessidades de financiamento do setor público, tais operações tendem a contrair ainda mais o nível de atividade econômica, seja pela retração da capacidade de financiamento dos bancos estatais, seja pela não ampliação do gasto governamental. Considerando que o país vive um quadro de grave queda da taxa de investimento, seja ele público ou privado, chega a ser inacreditável a insistência dos homens de mercado que comandam o Ministério da Economia com um receituário contraproducente como o que está em curso. Para decifrar a razão que lhes serve de guia, as únicas pistas são as manifestações do secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia (sic), Salim Mattar, para quem a venda de ativos dos bancos públicos é uma orientação do governo que não quer “competir com banqueiro”.